

Universidade, mulher e mercado de trabalho

uma análise sobre as dificuldades enfrentadas

Meirilene Queiroz de Almeida Canjão

Professora do IFMA-Caxias
Mestre em Educação pela CEUMA
Bacharel em Direito pela Fest
Graduação em Pedagogia pela UNIG
E-mail: meirilene.canjao@ifma.edu.br

Recebido: 30 mai. 2022

Aprovado: 19 set. 2022

Resumo: Devido as dificuldades observadas e vivenciadas ao longo de minha trajetória docente e discente, surgiu o interesse por essa temática, no sentido de compreender mulheres que na busca por uma formação superior tentam conciliar as tarefas diárias, profissionais e o estudo. Fato ocorrente com a maioria das acadêmicas, considerando que estar numa universidade demanda dedicação e requer uma exclusividade de tempo. Logo, quando se menciona vida cotidiana atribui-se aos cuidados domésticos, família e também profissionais. O presente trabalho mostra algumas dificuldades que as acadêmicas enfrentam ao cursar o ensino superior e trabalhar.

Palavras-chave: Dificuldades. Ensino Superior. Mulheres. Mercado de Trabalho.

Abstract: Due to the difficulties observed and experienced throughout my teaching and student trajectory, an interest in this theme arose, in the sense of understanding women who, in the search for higher education, try to reconcile daily, professional tasks and study. A fact that occurs with most academics, considering that being at a university demands dedication and requires exclusivity of time. Therefore, when everyday life is mentioned, it is attributed to domestic, family and professional care. The present article shows some difficulties that academics face when attending higher education and working.

Keywords: Difficulties. University Education. Women. Labor Market.

Resumen: Debido a las dificultades observadas y vividas a lo largo de mi trayectoria docente y estudiantil, surgió un interés por esta temática, en el sentido de comprender a las mujeres que, en la búsqueda de educación superior, intentan conciliar el quehacer cotidiano, profesional y los estudios. Un hecho que ocurre con la mayoría de los académicos, considerando que estar en una universidad exige dedicación y requiere exclusividad de tiempo. Por lo tanto, cuando se menciona la vida cotidiana, se atribuye al cuidado doméstico, familiar y profesional. El presente trabajo muestra algunas dificultades que enfrentan los académicos al cursar estudios superiores y trabajar.

Palabras clave: Dificultades. Enseñanza Superior. Mujeres. Mercado de Trabajo.

Introdução

Com intuito de estabelecer uma relação harmônica entre a vida diária e a vida acadêmica, observando o fato típico e muito comum entre a maioria das mulheres que cursam o ensino superior, levando em consideração que a vida acadêmica requer empenho, comprometimento, disponibilidade de tempo e dedicação devido ao grau de dificuldades e análise mais profunda dos trabalhos. Diante disso, quando se menciona vida cotidiana, refere-se muitas das vezes aos zelos com os filhos, esposo, pais, os afazeres domésticos e o trabalho fora.

No contexto familiar ocorre de forma similar ao da universidade, exigindo exclusividade de tempo, cuidado, dedicação e comprometimento. Por consequência disso, logo surgem os empecilhos para conseguir pôr em prática as tarefas características de cada particularidade, o que esclarece o número reduzido de donas de casa que concluem o ensino superior trabalhando fora e se dedicando a sua vida profissional.

Nesse interim, a realidade da mulher ainda é muito ligada a sua história passada, no que tange a submissão ao marido, família e as tarefas domésticas, sem se quer poder sonhar em frequentar uma escola ou uma universidade. Porém, muitas mulheres rompem esta barreira para concluírem os estudos, estando também no mercado de trabalho, e assim poder ter uma melhor qualidade de vida e um espaço significativo e desejado.

Como eterna estudante e professora cheia de expectativas nessa caminhada, não esperava presenciar tantas dificuldades em algumas turmas, e na maioria, formada por mulheres. Dificuldades que algumas vezes não as desmotivavam, mas sim, os motivos que as levaram a ter tantas, me fizeram avançar nesse estudo.

As dificuldades mais recentes são: conciliar vida doméstica, trabalho e universidade, falta de apoio da família, questões financeiras, desânimo e também o machismo por parte de alguns maridos, dentre outros. A possibilidade de cair o rendimento nas notas é perceptível, as faltas aumentam, não conseguem concentrar-se em assuntos da faculdade e enfrentam ao mesmo tempo problemas familiares e no trabalho.

Por essas razões despertou-me o interesse em pesquisar e investigar as principais dificuldades que as acadêmicas enfrentam ao cursar o ensino superior, com o intuito de expandir as informações sobre esse assunto. O referencial utilizado foi o materialismo

histórico por compreender a indispensabilidade em analisar os elementos obtidos, partindo de sua identificação com as transformações sociais e econômicas.

A metodologia adotada parte de uma abordagem qualitativa, pois permite que o pesquisador e o pesquisado interajam em um processo multidirecionado entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Baseando-se na necessidade de conhecer cientificamente o objeto de estudo, foi realizado num primeiro momento a pesquisa bibliográfica e posteriormente uma pesquisa de campo, feita na próprio Campus com todas as acadêmicas dos cursos superiores por meio da aplicação de questionário.

Portanto, o presente estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo feita uma análise histórica das mulheres relacionadas ao acesso no ensino superior e as transformações de seu papel na contemporaneidade. No segundo, explicitada as relações de gênero esclarecendo dilemas sobre o ensino superior e a questão de gênero, mulher e o mercado de trabalho e os múltiplos papéis sociais assumidos pela mulher. O terceiro capítulo refere-se questões de desempenho acadêmico, dificuldade de concentração, grau de dificuldade e desempenho no curso e a necessidade de interromper o curso.

1. O papel da mulher na sociedade

A mulher é vista perante a sociedade como alguém que desempenha variados papéis, onde ora ela é filha, hora é mãe, hora é responsável pela família, ora é a profissional que batalha trabalhando fora para assim, ser incluída como membro da sociedade, para que sinta-se capaz de realizar objetivos que a complete.

Segundo De Magalhães (1980, p. 124):

O imenso rol de reivindicações femininas pode se resumir apenas em um a única — que seja obedecida a regra genérica que define a igualdade de todos perante a lei, ou melhor, que não seja mais ferido o chamado princípio da igualdade que está assegurado no artigo 153, § 1.º da Constituição Federal, Emenda n.º 1, de 1969, pelo qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas.

Discussões ocorrem sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, correlacionando o tempo de trabalho, atividades domésticas e também em atividades conjuntas com os estudos. Com isso, o aumento de estudos, debates e trabalhos sobre essa

temática, envolvimento da política, sua condição enquanto sujeito, discriminação, mercado de trabalho, opressões, violência e direitos nos centros acadêmicos e no cotidiano da sociedade são evidentes.

Neste contexto, produz-se a cada ano uma extensa bibliográfica sobre o assunto, com diferentes aspectos e fontes teóricas, além de muitos movimentos de militantes em prol das mulheres pela conquista de seu espaço e pela igualdade de direitos.

Segundo Dantas (2001, p. 38-39), a posição ocupada pelas mulheres na sociedade não se deve a natureza frágil, nem só ao fato de quem gozam de menos oportunidades ou menos educação formal – embora esses sejam fatores que contribuem para tanto – mas ao fato de que a sociedade é baseada em uma estrutura de gênero que mantém as mulheres de qualquer camada social subordinadas aos homens de sua mesma camada e mesmo aos homens em geral. Para eliminar a subordinação de gênero são necessárias mudanças profundas que envolvem a retribuição de poder político, econômica e social. Acadêmicos e feministas dividiram a história do movimento feminista em três ondas, a primeira ocorrida no século XIX e início do século XX, a segunda na década de 1960 e 1970 e a terceira na década de 1990 até a atualidade, todas com uma grande importância e peculiaridade para a conquista dos direitos das mulheres. Essas três ondas são, sobretudo norte- americanas.

A família passou por importantes mudanças nos últimos quarenta anos, uma vez que a mulher modificou sua rotina inserindo-se no mercado de trabalho, e assim passando maior parte do seu tempo nas fábricas (CASTELLS, 2002). Para tanto, observa-se que a mulher a cada dia vem buscando seu espaço na sociedade e lutando pela igualdade de direitos.

Percebe-se que depois dos anos 60, a igualdade de direitos entre os gêneros foram tratados com mais voracidade, para isso, houve muitas modificações nas estruturas familiares, e muitas mudanças no modo de agir e pensar dos homens em relação às mulheres. Entretanto, apesar de grandes méritos conquistados por elas e com o progresso tecnológico, a sua função social ainda é permeada pelos traços do tradicionalismo patriarcal, pois ainda na atualidade a mulher é vista como responsável pela família e pela casa, além de ser responsabilizada pela educação dos filhos.

1.1 Mulher e mercado de trabalho

Para que o mercado de trabalho exista, é preciso que exista também força de trabalho, sendo que força de trabalho faz referência às pessoas com idade mínima de 16 anos empregadas, ou que estão à procura de emprego, aguardando para serem chamadas e aqueles que se encontram aptos, mas que não estão inseridos no mercado, denominados desempregados.

Nas empresas quando ocorre aumento de demanda ou aumento de produção, naturalmente, precisarão mudar o quadro de funcionários. Essa movimentação que ocorre altera o mercado de trabalho, de acordo com Blanchard e Perotti (2004).

É necessário compreender que o exercício de qualquer tipo de atividade de trabalho, seja ela formal ou informal, é considerado pelo IBGE como suficiente para classificar o indivíduo como integrante da população empregada. Existem definições para explicar o conceito de emprego e desemprego. Pessoas ocupadas são os indivíduos que estejam em trabalho remunerado regular com carteira assinada, ou de maneira irregular, emprego temporário ou sem registro, mas que não tem a intenção de trocar de trabalho, ou os indivíduos que de alguma forma exercem função não remunerada em empresas familiares ou remuneradas em espécie ou outro benefício e não estão à procura de trabalho.

No mercado de trabalho, são analisados o empregado e o empregador, são realizadas análises referentes ao desempenho dos trabalhadores de acordo com os incentivos oferecidos pelo contratante. Algumas determinações como quando e quanto produzir, quando contratar, também são designadas ao mercado, assim como a forma de distribuição da produção.

Porém, com o surgimento de tecnologias que requerem cada vez menos mão de obra, percebe-se que a rotatividade também aumentou, ou seja, os empregos permanentes foram extintos, os trabalhadores estão buscando constantemente melhores salários e melhores condições de trabalho.

As mulheres trabalhadoras enfrentam uma gama de dificuldades, assim como em sua remuneração que comumente é mais baixa e, muitas das vezes existe discriminação para o acesso aos postos de trabalho e também para a ascensão profissional e até para o próprio exercício do trabalho.

Conforme indica Melo (2013), na década de 1960, um período de grandes superações, os movimentos feministas mundiais surgiram como uma forma de reivindicar esses e outros direitos. As origens do movimento estão associadas a algumas conquistas

que marcaram a época. Com o surgimento da pílula anticoncepcional, por exemplo, as mulheres conquistaram liberdade sexual em 1961.

Para Faria e Barham (2004), atualmente, o trabalho vem sendo fortemente afetado pelas transformações nas estruturas produtivas, nas formas de organização e gestão e nas relações de trabalho, por alterações na estrutura do mercado de trabalho, altas taxas de desemprego, várias formas de precarização do trabalho, novos requisitos de desempenho profissional, além de outras exigências em termos de educação e formação profissional, que são preponderantes para a participação da mulher no mercado de trabalho.

No Brasil, em 1980, surgiu uma consciência mais ampla sobre a discriminação da mulher, houve aumento do número de organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular, ou seja, movimentos foram criados na busca de ampliação de sua participação na sociedade. Nos grandes centros a participação dos grupos feministas era maior, levando ao desenvolvimento com mais facilidade, denunciando violências contra a mulher e enfrentando às contradições quanto ao papel familiar.

De acordo com Probst e Ramos (2003, p. 6), “o que estamos constatando é uma quebra de tabus em seguimentos em que não empregavam. Nas Forças Armadas, por exemplo, elas estão ingressando pelo oficialato. Para consolidar sua posição no mercado, a mulher tem adiado cada vez mais projetos pessoais, como a maternidade. A redução no número de filhos é um dos fatores que tem contribuído para facilitar a presença da mão de obra feminina, embora isto seja visto pelos técnicos do IBGE como uma das causas da maior participação da mulher no mercado.

A participação da mulher no mercado de trabalho permanece em expansão, o alcance de suas conquistas varia de acordo com a classe social, o grau de instrução adquirido e a possibilidade real de superar as desigualdades nas oportunidades dadas aos homens, persistentes na sociedade moderna. Ou seja, além de trabalhar fora, do trabalho que realizam dentro de suas casas, dos filhos, as mulheres buscam por qualificação, provando que são capazes de realizar diversas atividades. Um ponto importante é que as mulheres, embora já ocupem alguns cargos de prestígio, continuam sendo vistas como principais responsáveis pela casa e pela família e são chamadas para ocupar estas vagas em menor número.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2010 (IBGE, 2012) indicou que a participação das mulheres chegou a 45,1% nas microempresas e 31,8% nas médias e grandes. Além disso, 35,5% das mulheres no mercado de trabalho no Brasil possuíam carteira de trabalho assinada, contra 43,9% dos homens neste período. Nos países

desenvolvidos, por exemplo, é mais frequente a presença de mulheres do que de homens em ocupações em tempo parcial, caracterizadas pela precarização e não pela redução da jornada de trabalho.

A família brasileira está em plena reestruturação, assim como as formas com as quais se dividem deveres e responsabilidades. Dentre muitos fatores nas mudanças estruturais, podemos destacar a entrada da mulher no mercado de trabalho de forma mais ampla e assídua, buscando conquistar seu espaço para se situar no mercado de trabalho e assim obter a emancipação financeira, autonomia, crescimento pessoal e profissional, além de poder contribuir consideravelmente para a economia do país.

Com o avanço e afirmação da mulher no mercado de trabalho ocorre uma série de problemáticas que influenciam direta e indiretamente no arcabouço familiar, pois historicamente são creditadas a mulher a ordem e a manutenção do lar, segundo o modelo tradicional familiar, onde ao homem cabe a missão de prover a família.

No século XIX, com as mutações ocasionadas pelo capitalismo e com a revolução industrial a mão de obra feminina começou a adentrar as fábricas devido ao avanço tecnológico e a necessidade de uma mão de obra barata, fato que passou a inserir a mulher definitivamente na produção. Nesta época o Estado não interferia nas relações trabalhistas e a mulher recebia conforme a pretensão do patrão em longas jornadas de trabalho à mercê de condições desfavoráveis e abusivas.

Entretanto, a presença da mulher nos postos de trabalho foi se intensificando como um caminho sem volta, uma realidade cada vez mais definitiva fazendo surgir à necessidade de legislações que as protegessem. A participação da mulher é maciça e muito importante para o despertar de uma consciência crítica do seu contexto social.

No auge da década de 90 correu uma grande superação da mulher relacionado a igualdade de gênero, isso quando é observado os dados em termos de escolaridade. Esse grande momento aponta que dentro do mercado de trabalho a mulher se faz presente em relação as tradicionais ocupações masculinas. Os efeitos dessas mudanças sobre o trabalho da mulher ainda estão por ser melhor estudados, mas a exclusão, o desemprego e a precarização podem ainda, afetar mais intensamente sua situação.

1.2 A mulher e seus múltiplos papéis sociais

O movimento de mulheres tem contribuído muito para mudar a forma como ambos os sexos promovem seus intercâmbios transcendendo a divisão de lugares e papéis. O fato das mulheres estarem emergindo em todas as instâncias de poder e decisão da sociedade, contribui sobremaneira para isso. É pelo exercício do poder que se moldam comportamentos e são forjadas mudanças culturais.

Considerando que no início do século XXI, as mulheres representam cerca de 50% das pessoas que atuam no mercado de trabalho mundial, a teoria organizacional, ou seja, a estrutura administrativa das organizações começa a considerar o gênero, para, além de aproveitar a força de trabalho feminino. A chegada das mulheres à vida pública, mais propriamente ao poder, promete realizar uma mudança sem precedentes na vida das pessoas, das organizações sociais e da própria sociedade. As líderes do século XXI são aquelas que transformam a si próprias e transformam as organizações para produzir transformações sociais.

No Brasil existem muitos processos políticos em negociação para implementar estratégias de igualdade em termos de políticas públicas. São organizações da sociedade civil, conselhos da condição da mulher, parlamentares que têm trabalhado de forma sistemática no sentido de trazer os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para a promoção da equidade. O Serviço Social tem papel ativo neste compromisso. Mas, a realidade é bem diferente e, em muitos lares a mulher é a única responsável pelo sustento da casa e pela educação dos filhos. A mulher intitulada como chefe de família precisa se sustentar e sustentar aqueles que dependem dela. Suas jornadas não são divididas apenas dentro ou fora do lar. Estudos mostram que o tempo de trabalho da mulher é maior do que o do homem, quando somados aqueles realizados em sua rotina diária.

As soluções dos problemas enfrentados neste processo precisam continuar acontecendo, apesar de ser claro e notório que se o sistema não passar por mudanças, pouco se registrará no cotidiano das mulheres trabalhadoras.

Após a Conferência de Beijing (1995), o Brasil, através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, definiu oito áreas prioritárias para as quais propõe programas especiais, campanhas, capacitação, legislação, estudos e pesquisas: combate à pobreza; educação; saúde; prevenção e combate à violência; acesso ao poder; mecanismos institucionais; direitos humanos das mulheres e meios de comunicação.

O Plano está estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista;

saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. Em relação a estas áreas estão contempladas as políticas e ações que devem ser desenvolvidas ou aprofundadas para que mudanças qualitativas e quantitativas se efetivem na vida das mulheres brasileira (BRASIL, 2013 p. 11).

Desde 1970, marco da década da Mulher, muito já se fez em busca de reconhecimento, equidade de visibilidade e poder para as mulheres. Algumas ações estão sendo implementadas, outras à espera de atuações mais efetivas. O futuro propõe incógnitas, há muitas conquistas, mas também há muito o que se fazer. As mudanças na cultura das organizações e dos movimentos dependem também de transformações nas condutas pessoais, nos costumes, nas crenças, nas linguagens, nas instituições e no modo de agir e de pensar social.

1.3 Mulher e a conciliação dos papéis

Atualmente as mulheres embarcaram no mercado de trabalho de forma igualitária aos homens, em termos de tempo e responsabilidades profissionais, verificou-se uma maior necessidade em conciliar os distintos papéis que a elas estão maioritariamente associados.

Assim, o sentido da palavra conciliar, neste contexto, designa-se “harmonizar, aproximar ou tornar compatíveis diferentes interesses ou atividades, de maneira a permitir uma coexistência isenta de fricções, de stress ou de inconvenientes” (GRAAL, 2000, p. 4). A valorização e a aplicação prática deste conceito são prementes, nos dias de hoje, dado que as mulheres não se dedicam exclusivamente ao papel tradicional de mãe e doméstica integrando-se cada vez mais no mundo laboral. Esta mudança significativa conduziu ao desenvolvimento necessário de várias medidas de conciliação, impulsionando o conceito de empresas “amigas da família” (ALLEN, 2001).

As dificuldades de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional tem se agravado, possivelmente pelas mudanças nas formas familiares atuais, nomeadamente famílias monoparentais e famílias de duplo-emprego, resultados de situações de divórcios e da maior expressão das mulheres no mercado de trabalho (AYREE; TAN; SRINIVAS, 2005; GUERREIRO; PEREIRA, 2006).

A emancipação das mulheres no mercado de trabalho não passa de um mito, dado que, estas agora não estão apenas responsáveis pelas tarefas domésticas, que desde

sempre lhes foram associadas, como também têm as suas obrigações profissionais. Isto porque, a presença cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho não se fez acompanhar de uma redução na responsabilidade pelas tarefas domésticas. Estas dispõem nas tarefas domésticas e cuidados a familiares mais três horas, em cada dia, comparativamente aos homens (PERISTA et al., 2016).

Existe outro fator que implica maior gestão de recursos e necessidade de conciliação, nomeadamente o crescente ingresso das mulheres no ensino superior (GUERREIRO; PEREIRA, 2006). Esta realidade, de mulheres trabalhadoras-estudantes torna indispensável a adoção de estratégias de conciliação, por parte dos recursos humanos das empresas, com o intuito de contribuir para uma equilibrada realização das tarefas diárias.

De modo a agilizar as obrigações académicas, existe o estatuto de trabalhador-estudante. De acordo com o artigo 89.º do Código do Trabalho, “considera-se trabalhador-estudante o trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses”.

Assim, qualquer mulher trabalhadora deverá comprovar tanto na empresa onde trabalha, bem como na universidade que frequenta (ponto 1 e 2 do Artigo 94.º do Código do Trabalho), a sua condição de trabalhador-estudante e, só poderá manter o estatuto consoante aproveitamento escolar no ano letivo anterior (ponto 2 do Artigo 89.º do Código do Trabalho).

Considerações finais

A necessidade de conciliar o tempo entre áreas diferenciadas, formação, família e trabalho, geram tensões e cobranças que são recorrentes nos estudos e pesquisas sobre as mulheres académicas. Este entendimento resultou na conciliação do trabalho, estudos e a vida familiar ser um problema social das mulheres que trabalham e estudam.

Neste cenário de novas formas de relação de trabalho entre sociedade produtiva, o indicador mais óbvio do descompasso entre os espaços: trabalho, família e estudos, tem sido o declínio na taxa de evasão universitária.

No entanto, a sociedade contemporânea da informação favoreceu relevantes mudanças na estrutura social. Sem dúvida alguma, a mais importante é a incorporação de mulheres ao mercado de trabalho que, longe de distanciar-se do seu papel reprodutivo tradicional na família, promoveu o duplo fardo de um dia duplo, dividido entre seu papel doméstico de cuidados e tarefas em casa, e seu papel como produtora no mercado trabalho.

Contudo, a evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, tendo adquirido mais instrução e se qualificando, os salários não acompanharam este crescimento. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ser independente, ganhar seu próprio dinheiro e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho. O grande desafio para as mulheres dessa geração, é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Referências

- ALLEN, T. Family-supportive work environments: the role of organizational perceptions. **Journal of Vocational Behavior**, v. 58, p. 414-435, 2001.
- AYREE, S., TAN, H., & SRINIVAS, E. Rhythms of life: antecedents and outcomes of workfamily balance in employed parents. **Journal of Applied Psychology**, v. 90(1), p. 132-146, 2005.
- BLANCHARD, O. PEROTTI, R. An empirical characterization of the dynamic effects of changes in government spending and taxes on output. **Quarterly Journal of Economics**. V. 117, p. 1329–1368, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CÓDIGO DO TRABALHO. SUBSECÇÃO VIII Trabalhador-estudante Artigo 89.º. Artigo 90.º. Noção de trabalhador-estudante.
- DANTAS, F. J. C. **Coivara da memória**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DE MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 75, p. 123-134, 1980.
- FARIA, G.S.S.; BARHAM, E.J. Uma análise do equilíbrio trabalho e família no contexto brasileiro. **Revista Núcleos**. V. 3(1), p. 33-38, out./abr. 2004.

GRAAL. **Guia de boas práticas**: conciliar a vida profissional, familiar e social. Projeto Para uma Sociedade Ativa com o apoio da DG V/CE, IV Programa de Ação Comunitária a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres. Lisboa, 2000.

GUERREIRO, M.; PEREIRA, I. **Responsabilidade social das empresas, igualdade e conciliação trabalho-família**: experiências do prémio igualdade é qualidade. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Metodológicas**. Disponível em: Acesso em: 25 abr. 2010.

MARTINELLI, M. L. (Org). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MELO, R. Práxis social, trabalho e reconhecimento: o problema da reconstrução antropológica na teoria crítica. In: MELO, Rúrion (Org.). **A teoria crítica de Axel Honneth**: reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.

PERISTA, H.; CARDOSO, A.; BRÁZIA, A.; ABRANTES, M.; PERISTA, P. **Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal**. Lisboa: CESIS, CITE, 2016.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.